

Parecer de Segunda Opinião

2ª Debênture Verde da Taesa



SITAWI Finanças do Bem
Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo
22270-003 – Rio de Janeiro/RJ
contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

26 de agosto de 2019

 **SITAWI**
FINANÇASdoBEM

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRRI 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar títulos verdes.

Sumário

Parecer de Segunda Opinião	0
Sobre a SITAWI	1
I. Escopo	2
II. Opinião.....	3
III. Análise da Emissão.....	5
IV. Performance Socioambiental dos Projetos	12
V. Performance ASG da Taesa	22
Método	27
Formulário Green Bond Principles	31

I. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma segunda opinião sobre o enquadramento como Título Verde ('Green Bond') da 7ª (sétima) emissão de debêntures de infraestrutura a ser realizada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa). Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para pagamentos futuros relacionados à implementação de três projetos de transmissão de energia elétrica.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles (GBP)*¹, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*² e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão baseada na análise da minuta da escritura da debênture;
- Performance socioambiental dos projetos de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da Taesa, a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela Taesa, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa, além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture e pela gestão empresarial. Esse processo foi realizado entre 13 e 21 de agosto de 2019.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de assecuração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

A emissora pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com a publicação Não Perca esse Bond³, o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁴ e *Green Bond Principles*, versão 2.1 de junho de 2018. Essa classificação será confirmada um ano após a emissão, com base em um parecer de pós-emissão a ser realizado pela SITAWI.

¹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/June-2018/Green-Bond-Principles---June-2018-140618-WEB.pdf>

² https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

³ <http://info.sitawi.net/naopercaessebond>

⁴ <https://www.sitawi.net/publicacoes/guia-para-emissao-de-titulos-verdes-no-brasil/>

II. Opinião

A SITAWI confirma que a sétima emissão de debêntures da Taesa pode ser considerada um Título Verde (“Debênture Verde”), com contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável.

Essa conclusão é baseada nas três análises a seguir:

- Emissão (seção III)
 - a. Os recursos serão utilizados para pagamentos futuros de projetos relacionados a transmissão de energia elétrica. Esses ativos trazem benefícios ambientais, pois sua construção irá aumentar a disponibilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) para energia renovável;
 - b. Os projetos que utilizarão os recursos do Título Verde já estão definidos na escritura da emissão. Esses projetos estão alinhados com a estratégia da Taesa e oferecem benefícios ambientais tangíveis;
 - c. Os procedimentos para gestão dos recursos captados por meio da debênture foram claramente definidos pela emissora, por meio de um processo documentado e transparente;
 - d. A emissora está comprometida em reportar anualmente a alocação de recursos e os benefícios ambientais dos projetos.
- Projetos
 - a. Os projetos possuem performance socioambiental satisfatória, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável;
 - b. Os projetos têm performance confortável na dimensão comunidades e satisfatória nas demais dimensões analisadas: ambiental, trabalhadores e sistema de gestão socioambiental;
 - c. Não foi identificada nenhuma controvérsia negativa envolvendo os projetos;
 - d. A gestão socioambiental da Taesa define de maneira clara as formas de medir, prevenir, mitigar e compensar os eventuais efeitos negativos dos projetos que receberão aportes da debênture.
- Emissora (seção IV)
 - a. A Taesa possui uma performance ASG confortável, com desempenho confortável nas três dimensões analisadas: ambiental, social e de governança corporativa;
 - b. A empresa enfrenta controvérsias isoladas e de nível de severidade pouco significativo. Além disso, a Taesa possui capacidade de resposta adequada;
 - c. Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos ASG dos projetos que receberão os recursos das Debêntures Verdes.

Equipe técnica responsável



Gustavo Pimentel
Sócio-Diretor
gpimentel@sitawi.net



Carla Schuchmann
Gerente
cschuchmann@sitawi.net

São Paulo, 26/08/2019

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida ou cliente da Taesa ou de suas subsidiárias. A SITAWI conduziu outro projeto de consultoria ASG para a Taesa em 2019. Adicionalmente, a SITAWI foi responsável pelo Parecer de Segunda Opinião da segunda série da sexta emissão de Debêntures da TAESA. Para mitigar o potencial conflito de interesse e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolvem no projeto de consultoria ASG e vice-versa. A SITAWI declara, desta forma, estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos *Green Bond Principles*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁵ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

Nesse sentido, também frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento ou compra dos títulos, assim como também não servem para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁵ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Análise da Emissão

Os *Green Bond Principles (GBP)* são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um título de dívida e como ele se caracteriza como Título Verde. Essas diretrizes se dividem em quatro componentes. Veja a descrição dessas componentes na seção [Método](#).

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores, subscritores e outros agentes de mercado, que a emissora do título segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

Nas subseções a seguir, analisaremos o alinhamento das Debêntures da Sétima Emissão da Taesa com os quatro componentes dos GBP.

Uso dos Recursos

A Sétima emissão de debêntures simples da Taesa, elegível para a classificação de Debênture Verde, totaliza R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de Reais). A oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, que regula ofertas públicas com esforços para distribuição ampla. De acordo com essa Instrução, o valor da debênture poderá ser até 20% superior ao montante citado, ou seja, poderá alcançar R\$ 540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de Reais).

Os recursos da emissão da Debênture Verde serão destinados para pagamentos futuros relacionados com projetos de implementação de infraestruturas de transmissão de energia elétrica, ligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por intermédio de Sociedades de Propósito Específico (SPE), controladas pela Taesa.

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que transmissão de energia renovável é uma categoria elegível a emissão de títulos verdes.

- Os *Green Bond Principles (GBP)* incluem projetos que suportem a energia renovável, como os de transmissão;
- A Taxonomia da *Climate Bonds Initiative* determina que projetos de transmissão e distribuição de energia são elegíveis a receberem o rótulo de Título Verde mediante atendimento dos critérios de aumento da integração de fontes renováveis ou aumento da eficiência energética do sistema;
- A publicação “Não Perca esse Bond” enquadra projetos de transmissão, distribuição e armazenamento de energia elétrica não dedicados a energia renovável no cenário da NDC (*Nationally Determined Contributions – Contribuição Nacionalmente Determinada*), tendo em vista sua indireta contribuição para o combate das mudanças climáticas.

Como veremos ao longo dessa seção, linhas de transmissão no Brasil contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de Títulos Verdes. Por outro lado, pela característica do SIN, não é possível garantir que as linhas de transmissão da Taesa transmitirão apenas energia renovável. Em março de 2019, cerca de 17% da energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável, alguns argumentos são listados a seguir:

- Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes convencionais. Neste sentido, a expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia, para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (*Power-Industry Transition, Here and Now*) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (*Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA*). Esse estudo mostra que alguns países que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, não sofrem com interrupções por terem um sistema de transmissão robusto. Nesse sentido, o estudo destaca que, para integrar energias renováveis à rede, é fundamental o investimento em transmissão para reduzir perdas e congestionamentos⁶;
- O *International Development Finance Club - IDFC*, associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhecem linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus *Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking*⁷;
- No Brasil, o aumento da produção de energia renovável, principalmente eólica, vem acompanhado de carência nas linhas de transmissão e distribuição. Notícias recentes destacam que algumas usinas eólicas se mantiveram paradas devido à falta de sistemas de transmissão para absorver essa geração adicionada⁸. Apesar das linhas que utilizarão os recursos da Debênture não serem diretamente ligadas a essas usinas, elas apoiam o escoamento desse tipo de energia, conforme destacado na escritura;
- De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre dezembro de 2012 e março de 2019, o volume da capacidade instalada das usinas eólicas, solares, a biomassa e pequenas centrais hidroelétricas (PCH) cresceu 133%, aumentando a participação na matriz elétrica nacional de 13% para 22%⁹. Existe a perspectiva de que o volume de energia renovável siga crescendo. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia, é esperado que, em 2027, a geração de eletricidade, nessas mesmas fontes, represente 29% da matriz elétrica brasileira. Isso significa uma expansão de 52% da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas, frente a expansão de 21% na capacidade do Sistema Interligado Nacional (SIN)¹⁰;
- As linhas de transmissão da Taesa integrarão o SIN, um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (ex. hidrelétricas). Em 2017, o SIN teve um fator de emissão de 92,92 kgCO₂eq/MWh contra 383,68 kgCO₂eq/MWh dos sistemas isolados no Brasil, este último composto majoritariamente por fontes térmicas. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão¹¹;
- Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos *utility-scale* e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema.

⁶ http://ieefa.org/wp-content/uploads/2018/02/Power-Industry-Transition-Here-and-Now_February-2018.pdf

⁷ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/65d37952-434e-40c1-a9df-c7bdd8ffcd39/MDB-IDFC+Common-principles-for-climate-mitigation-finance-tracking.pdf?MOD=AJPERES>

⁸ <https://globoplay.globo.com/v/6519656/>; <http://q1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/01/por-falta-de-linhas-de-transmissao-13-usinas-eolicas-estao-paradas-no-ne.html>; <https://portaln10.com.br/serido-potiquar-se-prepara-para-expandir-energia-renovavel-77643/>

⁹ ANEEL, Informações Gerenciais de Dezembro de 2012 (<http://www.aneel.gov.br/documents/656877/14854008/Boletim+de+Informa%C3%A7%C3%B5es+Gerenciais+-+1%C2%BA+trimestre+de+2019/b860054f-79ec-6608-951a-fb2288701434>) e Informações Gerenciais de Março de 2019

¹⁰ Plano Decenal de Expansão de Energia 2027, CAPÍTULO III, gráfico 3-5 http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202027_aprovado_OFICIAL.pdf

¹¹ Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2018, Tabela 2.3 <http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anuario2018vf.pdf>

Portanto, a emissão da Taesa será importante para transmissão de energia renovável convencional e não convencional, o que lhe confere elegibilidade para o rótulo de Título Verde.

Processo de avaliação e seleção dos projetos

Após a conclusão da sexta emissão de debêntures em maio de 2019, a primeira da companhia rotulada como verde, a diretoria da Taesa optou por manter a prática de rotular suas emissões e obteve suporte de seus acionistas controladores, ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (ISA Brasil) e Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Esse é resultado do esforço crescente da empresa pelo tema de sustentabilidade.

A Taesa inclui sustentabilidade em sua missão (“transmitir energia elétrica com excelência, de forma contínua e eficiente, garantindo rentabilidade e sustentabilidade”) e seus valores. Além disso, está em andamento o desenvolvimento de processos e práticas internas para melhor endereçar temas ambientais, sociais e de governança (ASG) na gestão empresarial. Por meio desse projeto, a Taesa espera desenvolver metas de sustentabilidade para sua operação. Deste modo, sua estratégia corporativa também está alinhada à Debênture Verde a ser emitida.

O processo de seleção dos projetos para a emissão da Debênture Verde, incluindo a identificação de uma categoria elegível, definição de benefícios ambientais e os demais critérios de performance, ficaram a cargo da emissora, por meio de processo interno. A escritura da Debênture restringe os dispêndios da sétima emissão aos sistemas de transmissão dos projetos Aimorés, Paraguaçu e Sant’Ana. Isso garante que os recursos serão aplicados em categorias de projetos que podem ser classificados como Verdes, como já descrito na seção [Uso dos Recursos](#). Mais detalhes sobre os projetos que receberão os recursos são apresentados na tabela abaixo.

Projetos selecionados para uso dos recursos

Nome do projeto	Descrição	Data início	Data est. conclusão
Aimorés (MG)	<ul style="list-style-type: none">• Linha de transmissão, de 500 kV, extensão de 208 km, com origem na Subestação Padre Paraíso e término na Subestação Governador Valadares 6;• Apoia o escoamento de energia, principalmente de usinas eólicas, do Nordeste para o Sudeste.	02/2017	02/2022
Paraguaçu (BA e MG)	<ul style="list-style-type: none">• Linha de transmissão, de 500 kV, extensão de 338 km, com origem na Subestação Poções III – Padre Paraíso 2;• Atende a demanda de intercâmbio e escoamento de usinas eólicas na região para incrementar a confiabilidade do sistema de transmissão na região.	02/2017	02/2022
Sant’ana (RS)	<ul style="list-style-type: none">• Linha de transmissão, de 230 kV, extensão de 125 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Alegrete 2;• Linha de transmissão Livramento, de 230 kV, extensão de 10 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Cerro Chato;• Linha de transmissão, de 230 kV, extensão de 247 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3;	03/2019	05/2022

- Linha de transmissão, em 230 kV, extensão de 205 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Maçambará 3;
- Subestações Maçambará 3 e Subestação Livramento 3, ambas em 230 kV;
- Suporta o escoamento da eletricidade gerada pelos futuros parques eólicos da região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

O benefício ambiental gerado pelos projetos está associado ao aumento no volume de transmissão de energias renováveis não convencionais (eólica, solar, UTE a biomassa e PCH). Esse benefício será demonstrado pela variação do “Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”. Nesse indicador, cada Usuário Verde representa uma usina geradora de energia renovável não convencional. Assim, o indicador é composto das seguintes variáveis:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;
- Faturamento com transmissão de energia renovável não convencional (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes;
- Incremento do faturamento com novos usuários: variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montantes de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes.

Não é possível estimar o benefício ambiental dos projetos de Aimorés, Paraguaçu e Sant’Ana enquanto os mesmos ainda não entrarem em operação. No entanto, a tabela abaixo servirá como uma base de referência para a identificação futura desse benefício, conforme os projetos comecem a entrar em operação. Essa tabela também demonstra a evolução da relevância de energia de fontes renováveis não convencionais na atividade de transmissão da Taesa entre dezembro de 2017 e o mesmo mês de 2018. O avanço desses indicadores será reportado anualmente pela Taesa, de modo a demonstrar a relevância do benefício ambiental das novas linhas de transmissão por meio do aumento da participação de fontes renováveis não convencionais em relação a toda a energia transmitida pela totalidade das linhas de transmissão da Taesa.

Linha de Base de Benefícios Ambientais das Linhas de Transmissão da Taesa

Benefício Ambiental	Dez/2017	Dez/2018	Usuários Verdes sobre o total – Dez/ 2017 (%)	Var. 2018-2017 (%)
Número de Usuários Verdes ¹	495	572	64,9	15,6
Faturamento com Usuários Verdes ¹ (R\$)	3.884.410,78	4.075.543,91	3,1	4,9
Incremento de faturamento com novos Usuários Verdes ¹ (R\$)	-	191.133,13		

¹ Usuários Verdes - geram energia por meio de usinas eólicas, solar, a biomassa e PCHs

Os projetos estão em etapas diferentes de implementação. Um resumo do status do licenciamento de cada projeto, assim como uma avaliação inicial dos impactos socioambientais dos mesmos encontra-se na tabela abaixo.

Nome do projeto	Status do licenciamento	Categoria IFC PS*	Principais impactos socioambientais
Projeto Aimorés	Licença de instalação	A ou B	Os principais impactos socioambientais associados ao projeto estão relacionados com a perda de cobertura vegetal nativa em regiões de preservação - Áreas de Preservação Permanente (APPs), Áreas de Preservação Ambiental (APA) do Alto do Mucuri e APE Todos os Santos - perda e alteração de habitats, aumento do risco de acidentes de trabalho, aumento da pressão sobre a infraestrutura viária regional, alterações espaciais na paisagem local e uso e ocupação do solo.
Projeto Paraguaçu	Licença de instalação	A ou B	Os principais impactos socioambientais associados ao projeto estão relacionados com a supressão de vegetação em regiões de preservação - APPs, APA Jordânia e APA Sussuarana - aumento do risco de acidentes de trabalho, aumento da pressão sobre a infraestrutura viária regional, alterações espaciais na paisagem local e uso e ocupação do solo.
Projeto Sant'ana	Licença Prévia pendente (previsão 08/2020)	A ou B	Os impactos mais significativos são associados a erosão do solo, supressão vegetal, inclusive em áreas de APPs, impacto sobre habitat da fauna e restrição de uso e ocupação do solo.

*Os Performance Standards do IFC definem os projetos conforme categoria de risco socioambiental: A – Alto; B – Médio e C- Baixo

Uma vez que os projetos de Aimoré e Paraguaçu se encontram em fase de implementação mais avançada, avaliamos a gestão socioambiental desses projetos. Na opinião da SITAWI, possuem performance socioambiental satisfatória (seção IV).

Para assegurar que os potenciais impactos dos projetos serão geridos adequadamente, realizamos uma análise da gestão ASG da Taesa, para que os investidores possam uma melhor visão de sua capacidade em sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de “Título Verde” à debênture. Verificamos que o desempenho ASG da Taesa é confortável (Seção V).

Podemos então concluir que os projetos a serem financiados por meio da Debênture Verde já estão definidos e formalizados na escritura da emissão. Os projetos estão alinhados com a estratégia da Taesa e possuem benefícios ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. A Taesa também demonstrou ter uma gestão socioambiental confortável para gerenciar os eventuais impactos negativos dos projetos.

Gestão dos Recursos

Será realizada a emissão de uma Debênture Simples conforme as regras da Instrução CVM 400, no valor inicial de R\$ 450 milhões, sendo 29,01 MM o custo com a emissão e o restante a ser alocado nos projetos. O valor líquido da emissão representa, aproximadamente, 28,3% do custo total (R\$ 1.493,10 milhões) estimado para os projetos, conforme indicado na tabela que segue.

Representação de Debêntures Verdes no custo total do projeto (em R\$ milhões)

Projetos	Custo total dos projetos (R\$ MM)	Recursos estimados da Debênture Verde (R\$ MM) - Sétima Emissão da Taesa	Recursos de outras Debêntures Verdes já emitidas	Participação da Debênture Verde - Sétima Emissão da Taesa
Aimorés	374,4	112,26	70,2*	30,0%
Paraguaçu	554,0	168,39	103,8**	30,4%
Sant'ana	564,7	140,33	49,23***	24,9%
Total	1.493,10	420,99	223,23	28,3%

*Captados por meio da sétima emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP). Com isso, esse projeto conta com 49% de participação de Debêntures Verdes.

**Captados por meio da sétima emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP). Com isso, esse projeto conta com 49% de participação de Debêntures Verdes.

***Captados por meio da segunda série da sexta emissão da Taesa. Com isso, esse projeto conta com 34% de participação de Debêntures Verdes.

Cabe destacar que o projeto Sant'Ana recebeu recursos da 1ª Debênture Verde da Taesa, emitida em maio de 2019. Adicionalmente, Aimorés e Paraguaçu receberam recursos da 1ª Debênture Verde da CTEEP, sócia da Taesa nas SPEs, emitida em abril de 2018. O valor dessas emissões não é superior ao valor dos projetos.

O financiamento do custo restante dos projetos Aimorés e Paraguaçu será realizado por meio de outras emissões (da Taesa ou de suas sócias), algumas rotuladas como verde, apoio de bancos de fomento, receita e/ou capital próprio. Devido ao estágio inicial, ainda não está definido de maneira completa o pacote de financiamento do projeto Sant'ana.

O artigo 4.1 da escritura da debênture restringe os dispêndios à implementação dos três projetos de sistemas de transmissão, listados previamente na tabela "Projetos selecionados para uso dos recursos". Isso garante que os recursos serão aplicados para suportar a transmissão de energia renovável, categoria elegível à classificação de Título Verde, conforme demonstrado ao longo da seção [Uso dos Recursos](#).

Adicionalmente, a debênture é considerada uma emissão de infraestrutura incentivada, já que os projetos a serem financiados enquadram-se como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a debênture também deve observar o disposto na Lei nº12.431/11 para não perder o benefício gerado pelo tratamento tributário especial. Ainda de acordo com essa lei, a Taesa estima que os recursos serão totalmente destinados para as SPEs em até dois anos após a emissão da Debênture Verde.

Vale ressaltar que os recursos serão gerenciados pela tesouraria da Taesa, por meio de sistema interno, até sua alocação completa nos projetos descritos e definidos na escritura da emissão. Temporariamente, os recursos poderão ser utilizados para outras atividades do negócio da empresa, sejam elas operacionais, de financiamentos ou de aplicações financeiras.

Dado que a operação da Taesa é inteiramente dedicada à operação de linhas de transmissão no Brasil, o uso temporário de recursos em atividades operacionais da companhia não representa risco de desenquadramento dos objetivos ambientais e climáticos da debênture.

A política de investimento temporário da companhia está definida em seu "Procedimento de Processos de Gestão de Caixa", que determina a aplicação desses recursos somente em produtos de renda fixa pós-fixados ou pré-fixados. A empresa pode investir em Fundos de Investimento cujo regulamento permita somente operações em títulos públicos e privados com taxa pré-fixada, ou vinculados às taxas CDI e SELIC. Em junho de 2019, 45% de sua carteira de investimento era composta de títulos públicos federais,

43% por Títulos de instituições financeiras, enquanto outras dívidas privadas representavam apenas 10%. Essa alocação reduz significativamente o risco de investimento temporário dos recursos captados em ativos que não estejam em conformidade com os objetivos ambientais e climáticos da debênture, como, por exemplo, atividades relacionadas a combustíveis fósseis.

No entanto, vale ressaltar que, analisando os fundos de investimento nos quais a Taesa investia seus recursos no mesmo período, foi identificada uma pequena participação (cerca de 0,11%) em títulos do setor de óleo e gás. Quando se amplia essa análise para outros setores com alto impacto climático, como transporte rodoviário e locadoras de veículos, 5% dos investimentos da Taesa estão nesses setores. Com base nessa análise, entendemos ser pouco material o risco de investimento temporário em investimentos carbono intensivos.

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados a projetos que sustentam a classificação de Título Verde da emissão.

Relato

A emissora se compromete a monitorar e relatar informações financeiras e ambientais relacionadas aos projetos, conforme descrito na escritura.

As informações financeiras serão acompanhadas pelo Agente Fiduciário para garantir que os recursos serão alocados nos projetos previstos na escritura. A Taesa se compromete a comprovar, por meio de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) anuais, disponibilizadas em seu website, a destinação dos recursos oriundos da Debênture Verde para as SPEs até a alocação completa desses recursos.

Adicionalmente, os seguintes indicadores de benefícios ambientais dos projetos e de manutenção da elegibilidade do título verde serão apresentados anualmente pela empresa em seu Relatório de Sustentabilidade ou similar até a maturidade do título, conforme compromisso na Escritura:

- Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes (cujos valores da linha de base encontram-se na tabela “Linha de Base de Benefícios Ambientais das Linhas de Transmissão da Taesa”);
- Status das licenças ambientais dos projetos de sistemas de transmissão de energia elétrica;
- Identificação de impactos em áreas de preservação e de reassentamento de pessoas.

Além disso, os compromissos aqui descritos serão objeto de uma avaliação externa, a ser realizada pela SITAWI, em até um ano após a emissão. Os pareceres serão disponibilizados para os debenturistas, conforme escritura. Após este período, a emissora continuará reportando os benefícios ambientais dos projetos anualmente até a maturidade do título.

Dessa maneira, concluímos que a empresa definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados para seus *stakeholders*.

IV. Performance Socioambiental dos Projetos

Essa seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos a serem financiados pela Debênture Verde, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos de contribuírem para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente. Além disso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

Projeto Aimorés

O projeto Aimorés é um empreendimento em construção do lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016 que compreende:

- (i) Instalação da linha de transmissão de 500 kV entre as Subestações Padre Paraíso e Governador Valadares 6, com extensão de 208 km, localizada em sua totalidade no Estado de Minas Gerais.

O objetivo do projeto é atender à expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN) aumentando a capacidade de transmissão de energia da interligação nordeste-sudeste permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do País. Os municípios pelos quais o projeto passará são: Campanário, Caraí, Catuji, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Governador Valadares, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Poté e Teófilo Otoni.

O projeto teve sua Licença Prévia (LP nº587/2018) emitida em fevereiro de 2018 e sua Licença de Instalação (LI nº 1284/2019) em abril de 2019, ambas emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Atualmente, o Projeto Aimorés encontra-se em fase de implementação, com a finalização da mobilização de seus canteiros e início das fundações e concretagem de suas torres. De acordo com o contrato de concessão, a data regulatória para entrada em operação da infraestrutura do empreendimento é 9 de fevereiro de 2022. O volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Aimorés é de R\$ 374.400.000,00.

De modo geral, a performance socioambiental da construção e operação do complexo de transmissão Aimorés é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental, trabalhadores e gestão socioambiental, e satisfatório na dimensão comunidades, devido aos programas descritos no Relatório de Detalhamento de Programas Ambientais (RDPA) que atendem a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Análise da performance socioambiental do projeto Aimorés

Ambiental

 Satisfatório

- **Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS nº6):** O projeto de Transmissão Aimorés prevê intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Para minimizar esses impactos foram implementados Programa de Supressão Vegetal, para que essa ação seja realizada na menor área possível, Programa de Recomposição Florestal para terrenos com uso temporário e Programa de Resgate da Fauna. O projeto possui licenças de instalação vigentes para as linhas de transmissão e, portanto, está em conformidade com o processo de licenciamento ambiental. É possível encontrar os estudos ambientais e as licenças e relatórios na internet, no entanto as ações traçadas
-

para gestão dos impactos (RDPA) e o relatório de acompanhamento das mesmas não estão públicos. O RDPA estabelece diversos programas ambientais envolvendo a flora, fauna, erosão, resíduos e outros impactos potencialmente negativos do empreendimento. O RDPA da LT estabelece cronograma de execução e acompanhamento e determina indicadores a serem observados. Foi fornecido um relatório de acompanhamento do RDPA de julho de 2019, que também inclui indicadores de seguimento dos programas. A Taesa não é proprietária de nenhum dos terrenos utilizados para obra, portanto não é obrigada a possuir Cadastro Ambiental Rural (CAR). Por outro lado, ela não acompanha o CAR dos terrenos arrendados para garantir que a interferência da infraestrutura não implique no descumprimento do código florestal. Além disso, o projeto não está incluído em áreas prioritárias para proteção de acordo com a lista do RAMSAR.

- **Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6):** Nos estudos ambientais foram realizados levantamentos de flora e fauna. O levantamento da avifauna não foi realizado em período de migração (entre setembro e fevereiro), por isso, novos levantamentos estão previstos. Essas análises resultaram nos programas para os seguintes temas: supressão vegetal, resgate de flora, recomposição florestal, afugentamento e resgate de fauna, monitoramento de fauna, monitoramento de avifauna passível de colisão e recuperação de áreas degradadas.
- **Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3):** Para linha de transmissão serão usados cabos condutores AAAC (Cabo de Alumínio Nu Cal) LIGA 1120 em toda a LT em cadeias de suspensão e apenas no Jumper contará com cabos AAC (Cabo de alumínio condutor) AL 1350. A LT apresenta tensão máxima de operação (V_{max}) de 550 kV e tensão nominal (V) de 500 kV com extensão aproximada de 207,6 km. Não foram considerados critérios ambientais e de eficiência na escolha desses modelos, apenas questões técnicas e comerciais. O projeto não utiliza equipamentos com óleo Ascarel. Por outro lado, a empresa usa o gás SF₆ para isolamento dos seus sistemas e possui plano de manutenção contínuo para gerenciar possíveis perdas.
- **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3): Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS nº3):** O projeto lista os principais resíduos a serem gerados no empreendimento, com destaque para resíduos da construção civil e óleos. O Programa de Gerenciamento de Resíduos, tem como objetivo promover destino final adequado dos resíduos, promovendo a reciclagem e a reutilização sempre que possível. O projeto não apresenta um plano de descomissionamento. A empresa afirma que essa etapa está prevista para acontecer daqui, pelo menos, 30 anos e uma empresa especializada será contratada para a destinação de resíduos dessa fase.

Comunidades



Confortável

Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4): Foram realizadas análises do meio socioeconômico adjacente ao empreendimento para o Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Os principais impactos negativos são: interferência no tráfego rodoviário, alteração na paisagem, interferência no uso e ocupação do solo e sobrecarga dos serviços públicos no período de obras. Os impactos sociais positivos são: geração de postos de trabalho e renda, dinamização da economia local e elevação da arrecadação tributária. Os principais programas para mitigar impactos negativos e potencializar impactos positivos abordam os seguintes temas: monitoramento e controle de ruído ambiental; contratação de mão de obra local e capacitação da mesma; comunicação social, que inclui mapeamento de *stakeholders*, criação de comitê social e um canal de ouvidoria telefônico, por WhatsApp e e-mail, visita a proprietários e comunidades da área de servidão, boletins informativos e comunicação com gestores públicos municipais; educação ambiental para trabalhadores e comunidade por meio de oficinas participativas em espaços aberto ao público e em escolas; mitigação da população exógena contratada para melhorar o relacionamento dos trabalhadores externos com a comunidade, o que inclui alojamentos adequados e sensibilização dos trabalhadores; articulação institucional para dar transparência do processo de licenciamento para líderes comunitários locais; estabelecimento e monitoramento de faixa de servidão visando minimizar os impactos da LT sobre as benfeitorias e atividades produtivas existentes, bem como para evitar impactos de campos eletromagnéticos sobre as comunidades; e aquisições de insumos das comunidades locais. Foram realizadas três audiências públicas que envolveram líderes comunitários, organizações da sociedade civil organizada e órgãos governamentais.

- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Segundo o RAS, foram identificadas 3 comunidades remanescentes de Quilombolas: A comunidade Córrego do Santana localizada no município de Catuji (MG) a 1 Km da LT; A comunidade São Julião localizada no município de Teófilo Otoni (MG) a 2,6 Km da LT e a Comunidade Marcos, localizada entre os municípios de Teófilo Otoni e Carlos Chagas (MG) a 34,8 Km. Foi elaborado Estudo do Componente Quilombola para identificação dos Impactos e posterior Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), que inclui medidas compensatórias. Ambos foram aprovados pela Fundação Cultural Palmares e já estão sendo executados. O PBAQ contempla quatro planos voltados a esse público que estão

relacionados com os seguintes temas: gestão ambiental, comunicação social, educação ambiental e apoio a contratação de mão de obra. Entre as medidas compensatórias estão: melhoria de infraestrutura, desenvolvimento local, bem como fortalecimento de associações e organizações quilombolas. Foi realizada uma consulta, intitulada de oficina participativa, com cada comunidade impactada.

- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** O RAS identifica 144 propriedades transpostas pela faixa de servidão. Para estabelecimento de diretrizes de compensação adequadas e acompanhamento desses processos, foi estabelecido o Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa que visa cadastrar, realizar levantamento topográfico das propriedades, avaliar as terras, firmar acordos com os proprietários (ou via judicial) e fechar contratos nesse sentido. A empresa apresentou um exemplo de laudo de avaliação da propriedade para cálculo do valor de arrendamento, que considera a área da faixa, o valor unitário da terra nua, o coeficiente da servidão (calculado considerando riscos e incômodos psicológicos e ambientais, presença de torres, destinação econômica, relação entre área serviente e área total e posição da linha de transmissão dentro da propriedade) e o número de benfeitorias a serem removidas. Disponibilizaram também um exemplo do termo de acordo com o proprietário. Vale ressaltar que não foi necessária a realização de reassentamento involuntários.
- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** No Relatório Ambiental Simplificado realizado para o empreendimento foi identificado que a região possui grande potencial arqueológico, e que o mesmo deveria ser estudado. Esse estudo foi autorizado pelo IPHAN. Nesse contexto, foi estabelecido o Programa de Gestão do Patrimônio no RDPA, que monitora as ações de pesquisa arqueológica na área de influência do empreendimento e estabelecem diretrizes de mitigação de impactos em ações potencialmente degradantes do patrimônio, como as escavações. Foi identificado um sítio arqueológico na área de influência direta e um sítio na área de influência indireta. O IPHAN concedeu parecer favorável à Licença de Instalação nº1284/2019 e para a manifestação sobre a Licença de Operação (LO), solicitaram os registros fotográficos referentes ao cercamento e sinalização dos sítios arqueológicos identificados na área de estudo do empreendimento. O projeto não está localizado em áreas de patrimônio da UNESCO.

Trabalhadores

 Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Todos os trabalhadores do projeto são contratados em regime CLT e, como estabelecido em contrato, as empresas terceirizadas devem enviar para Taesa o comprovante da forma de contratação de seus funcionários e outras evidências relacionadas a cumprimento de leis e normas trabalhistas. O RAS identifica o possível impacto de aumento do risco de ocorrência de acidentes de trabalho. Para gestão desse impacto, o RDPA define o Programa de Saúde e Segurança do Trabalho direcionados para funcionários diretos e terceiros, com medidas como: a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), conscientizações de riscos de acidentes, atendimento em situações de emergência, bem como o cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR), como as relacionadas a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e o PPRA (Plano de Prevenção de Riscos Ambientais). Em relação às condições trabalhistas se prevê canteiros e alojamentos adequados e sensibilização para conduta adequada com a comunidade local. Não foram disponibilizados indicadores de acompanhamento ou registro fotográfico do campo de obra.
- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A Taesa não possui diretrizes em relação à diversidade de gênero e raça. Em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental 2018 é informado que a empresa garante o respeito à diversidade para seus funcionários, onde também é reportada a participação de mulheres, negros (as) e pessoas com deficiência na mão de obra. Não há programas, planos ou práticas formais de incentivo à diversidade no âmbito do empreendimento, apesar do material de integração incentivar o respeito ao próximo.

Gestão socioambiental

 Satisfatório

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O trecho da linha de transmissão Aimorés (500 KV) possui Programa de Gestão Ambiental (PGA), que visa acompanhar o andamento dos programas ambientais estabelecidos para prevenção de impactos adversos, além de monitorar o cumprimento das exigências das licenças ambientais. O PGA inclui ferramentas de gestão como indicadores de acompanhamento, hierarquia de execução dos programas, Relatórios de Não-Conformidade e matrizes de monitoramento mensais. O PGA é gerido pelos fornecedores responsáveis pela construção. A Taesa terceirizou dois técnicos (ambiental e de saúde e segurança) que realizam o acompanhamento diário da obra e uma vez por mês a responsável pelo departamento de Meio Ambiente da empresa vai a campo. Essa responsável responde para um

funcionário de nível gerencial. A gestão socioambiental do Projeto Paraguaçu não possui certificações que comprovem sua eficácia.

- **Transparência (IFC-PS nº1):** Em relação ao trecho da linha de transmissão de 500 KV Aimorés, foi apresentado o Relatório de Acompanhamento de Junho de 2019. O relatório indica as ações relativas aos programas ambientais realizadas, com a apresentação de indicadores de acompanhamento. Esses relatórios não foram disponibilizados no site da empresa.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo a linha de transmissão Aimorés Transmissora de Energia S/A – LT 500kV Padre Paraíso - Governador Valadares 6. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Aimorés, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Paraguaçu

O projeto Paraguaçu é um empreendimento em construção do lote 3, do leilão de transmissão nº 013/2015, realizado em outubro de 2016 que compreende:

- (i) Instalação de linhas de transmissão localizadas no Estado da Bahia e de Minas Gerais, compostas pela Linha de Transmissão Poções III – Padre Paraíso 2, de 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 338km, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Padre Paraíso 2.
- (ii) Instalação de entradas de linha, interligações de barramentos, equipamentos de compensação e suas conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias para as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O objetivo do projeto é melhorar o sistema transmissão de eletricidade entre o sul da Bahia e norte de Minas Gerais, que se encontra deficiente, conforme demonstrado nos estudos elaborados pela Empresa de Planejamento Energético (EPE). Essa implantação busca atender o intercâmbio e escoamento de energia gerada pelas usinas eólicas licitadas na região bem como para incrementar a confiabilidade no atendimento da demanda energética da região. O empreendimento será implementado em 5 municípios do Estado da Bahia: Poções, Planalto, Caatiba, Itambé e Macarani, e mais 10 municípios do Estado de Minas Gerais: Jordânia, Bandeira, Almenara, Jequitinhonha, Felisburgo, Joáima, Águas Formosas, Monte Formoso, Ponto dos Volantes e Padre Paraíso.

O projeto teve sua Licença Prévia (LP nº 582/2018) emitida em agosto de 2018 e sua Licença de Instalação (LI Nº 1279/2019) em março de 2019, ambas emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Atualmente, o projeto de Paraguaçu encontra-se em fase de implementação, com a finalização da mobilização de seus canteiros e início das fundações e concretagem de suas torres. De acordo com o contrato de concessão, a data regulatória para entrada em operação do empreendimento é 9 de fevereiro de 2022. O volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Paraguaçu é de R\$ 554.000.000,00.

A performance socioambiental do projeto Paraguaçu é satisfatória. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável na dimensão comunidades e satisfatório nas demais dimensões (ambiental, trabalhadores e gestão socioambiental), devido aos programas desenvolvidos através do Plano Básico Ambiental (PBA), relacionados e do Relatório de Atendimento aos Programas Ambientais, todos atendendo a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Análise da performance socioambiental do projeto de Paraguaçu

Ambiental

 Satisfatório

- **Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS nº6):** O projeto de Transmissão Paraguaçu prevê intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Para minimizar esses impactos foram implementados Programa de Supressão Vegetal, para que essa ação seja realizada na menor área possível, Programa de Recomposição Florestal para terrenos com uso temporário e Programa de Resgate da Fauna. O projeto possui licenças de instalação vigentes para as linhas de transmissão e, portanto, está em conformidade com o processo de licenciamento ambiental. É possível encontrar os estudos ambientais e as licenças e relatórios na internet, no entanto as ações traçadas para gestão dos impactos (Plano Básico Ambiental-PBA) e o relatório de acompanhamento das

mesmas não estão públicos. O Plano Básico Ambiental estabelece diversos programas ambientais envolvendo a flora, fauna, erosão, resíduos e outros impactos potencialmente negativos do empreendimento. O PBA da LT estabelece cronograma de execução e acompanhamento, bem como determina indicadores a serem observados no contexto dos programas. Para o PBA foi fornecido um relatório de acompanhamento de julho de 2019, que também inclui indicadores de seguimento dos programas. A Taesa não é proprietária de nenhum dos terrenos utilizados para obra, portanto não é obrigada a possuir Cadastro Ambiental Rural (CAR). Por outro lado, ela não acompanha o CAR dos terrenos arrendados para garantir que a interferência da infraestrutura não implique no descumprimento do código florestal. Além disso, o projeto não está incluído em áreas prioritárias para proteção de acordo com a lista do RAMSAR.

- **Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6):** Nos estudos ambientais foram realizados levantamentos de flora e fauna. O levantamento da avifauna não foi realizado em período de migração (entre setembro e fevereiro), por isso, novos levantamentos estão previstos. Essas análises resultaram nos programas para os seguintes temas: supressão vegetal, resgate de flora, recomposição florestal, afugentamento e resgate de fauna, monitoramento de fauna, monitoramento de avifauna passível de colisão e recuperação de áreas degradadas.
 - **Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3):** Para linha de transmissão serão usados cabos condutores AAAC (Cabo de Alumínio Nu Cal) LIGA 1120 em toda a LT em cadeias de suspensão e apenas no Jumper contará com cabos AAC (Cabo de alumínio condutor) AL 1350. A LT apresenta tensão máxima de operação (V_{max}) de 550 kV e tensão nominal (V) de 500 kV com extensão aproximada de 338 km. Não foram considerados critérios ambientais e de ecoeficiência na escolha desses modelos, apenas questões técnicas e comerciais. O projeto não utiliza equipamentos com óleo Ascarel. Por outro lado, a empresa usa o gás SF₆ para isolamento dos seus sistemas e possui plano de manutenção contínuo para gerenciar possíveis perdas.
 - **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3):** O projeto lista os principais resíduos a serem gerados no empreendimento, com destaque para resíduos da construção civil e óleos. O Programa de Gerenciamento de Resíduos, tem como objetivo promover destino final adequado dos resíduos, promovendo a reciclagem e a reutilização sempre que possível. O projeto não apresenta um plano de descomissionamento. A empresa afirma que essa etapa está prevista para acontecer daqui, pelo menos, 30 anos e uma empresa especializada será contratada para a destinação de resíduos dessa fase.
-

Comunidades



- **Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** Foram realizadas análises do meio socioeconômico adjacente ao empreendimento para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Os principais impactos negativos são: interferência no tráfego rodoviário, alteração na paisagem, bem como interferência no uso e ocupação do solo. Os impactos sociais positivos são: geração de postos de trabalho e renda, dinamização da economia local e elevação da arrecadação tributária. Os principais programas para mitigar impactos negativos e potencializar impactos positivos abordam os seguintes temas: monitoramento e controle de ruído ambiental; contratação de mão de obra local e capacitação da mesma; comunicação social, que inclui mapeamento de *stakeholders*, criação de comitê social e um canal de ouvidoria telefônico, por WhatsApp e e-mail, visita a proprietários e comunidades da área de servidão, boletins informativos e comunicação com gestores públicos municipais; educação ambiental para trabalhadores e comunidade por meio de oficinas participativas em espaços aberto ao público e em escolas; mitigação da população exógena contratada para melhorar o relacionamento dos trabalhadores externos com a comunidade, o que inclui alojamentos adequados e sensibilização dos trabalhadores; articulação institucional para dar transparência do processo de licenciamento para líderes comunitários locais; estabelecimento e monitoramento de faixa de servidão visando minimizar os impactos da LT sobre as benfeitorias e atividades produtivas existentes, bem como para evitar impactos de campos eletromagnéticos sobre as comunidades; e aquisições de insumos das comunidades locais. Foram realizadas três audiências públicas que envolveram líderes comunitários, organizações da sociedade civil organizada e órgãos governamentais.
 - **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Segundo o EIA, o projeto possui duas comunidades quilombolas a menos de 5 km de distância: Jussara no Município de Caatiba (Bahia) e Paraguai no município de Felisburgo (Minas Gerais). Foi elaborado Estudo do Componente Quilombola para identificação dos Impactos sobre essas comunidades e posterior Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), que inclui medidas compensatórias. Ambos foram aprovados pela Fundação Cultural Palmares e já estão sendo executados. O PBAQ contempla quatro planos voltados a esse público que estão relacionados com os seguintes temas: gestão ambiental, comunicação social, educação ambiental e apoio a contratação de mão de obra. Entre as medidas
-

compensatórias estão: melhoria de infraestrutura, desenvolvimento local, bem como fortalecimento de associações e organizações quilombolas. Foram realizadas uma consulta, intituladas de oficinas participativas, com cada comunidade impactada.

- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** O EIA identifica 143 propriedades na faixa de servidão. Para estabelecimento de diretrizes de compensação adequadas e acompanhamento desses processos, foi estabelecido o Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa que visa cadastrar, realizar levantamento topográfico das propriedades, avaliar as terras, firmar acordos com os proprietários (ou via judicial) e fechar contratos nesse sentido. A empresa apresentou um exemplo de laudo de avaliação da propriedade para cálculo do valor de arrendamento, que considera a área da faixa, o valor unitário da terra nua, o coeficiente da servidão (calculado considerando riscos e incômodos psicológicos e ambientais, presença de torres, destinação econômica, relação entre área serviente e área total e posição da linha de transmissão dentro da propriedade) e o número de benfeitorias a serem removidas. Vale ressaltar que não foi necessária a realização de reassentamento involuntários.
 - **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** O EIA identificou a necessidade de levantamento de patrimônio Arqueológico e Cultural na área do projeto. Nesse contexto a TAESA apresentou ao IPHAN um Projeto de Avaliação de Impacto do Patrimônio Arqueológico. Após aprovação desse, foi elaborado um Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico. Esse relatório identificou dois sítios arqueológicos na área de influência do empreendimento. Para evitar esse impacto, o traçado da linha foi alterado. Mesmo assim, a empresa realizará ações de sinalização, educação e não interferência nesses sítios. O projeto não está localizado em áreas de patrimônio da UNESCO.
-

Trabalhadores

 Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Todos os trabalhadores do projeto são contratados em regime CLT e, como estabelecido em contrato, as empresas terceirizadas devem enviar para Taesa o comprovante da forma de contratação de seus funcionários e outras evidências relacionadas a cumprimento de leis e normas trabalhistas. O EIA identifica o possível impacto de aumento do risco de ocorrência de acidentes de trabalho. Para gestão desse impacto, o PBA define o Programa de Saúde e Segurança do Trabalho direcionados para funcionários diretos e terceiros, com medidas como: a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), conscientizações de riscos de acidentes, atendimento em situações de emergência, bem como o cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR), como as relacionadas a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e o PPRA (Plano de Prevenção de Riscos Ambientais). Em relação às condições trabalhistas se prevê canteiros e alojamentos adequados e sensibilização para conduta adequada com a comunidade local e. Não foram disponibilizados indicadores de acompanhamento ou registro fotográfico do campo de obra.
 - **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A Taesa não possui diretrizes em relação a diversidade de gênero e raças. Em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental 2018 é informado que a empresa garante o respeito à diversidade para seus funcionários, onde também é reportada a participação de mulheres, negros e pessoas com deficiência na mão de obra. Não há programas, planos ou práticas formais de incentivo à diversidade no âmbito do empreendimento, apesar do material de integração incentivar o respeito ao próximo.
-

Gestão socioambiental

 Satisfatório

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O trecho da linha de transmissão Paraguaçu possui Programa de Gestão Ambiental (PGA), que visa acompanhar o andamento dos programas ambientais estabelecidos para prevenção de impactos adversos, além de monitorar o cumprimento das exigências das licenças ambientais. O PGA inclui ferramentas de gestão como indicadores de acompanhamento, responsáveis pela execução dos programas, relatórios de não-conformidade e monitoramentos mensais. O PGA é gerido pelos fornecedores responsáveis pela construção. A Taesa terceirizou dois técnicos (ambiental e de saúde e segurança) que realizam o acompanhamento diário da obra e uma vez por mês a responsável pelo departamento de Meio Ambiente da empresa vai a campo. Essa responsável responde para um funcionário de nível gerencial. A gestão socioambiental do Projeto Paraguaçu não possui certificações que comprovem sua eficácia.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** Em relação a linha de transmissão Paraguaçu, foi apresentado o Relatório de Acompanhamento de Junho de 2019. O relatório indica as ações relativas aos
-

programas ambientais realizadas, com a apresentação de indicadores de acompanhamento. Esses relatórios não estão disponíveis no site da empresa.

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto de transmissão de energia Paraguaçu. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira satisfatória os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Paraguaçu, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Sant'ana

O projeto de transmissão de energia elétrica Sant'ana, por parte da SPE Sant'Ana Transmissora de Energia S.A., do lote 12 do leilão de transmissão 004/2018, localizado integralmente no Rio Grande do Sul compreende:

- (i) Linha de Transmissão Livramento 3 – Alegrete 2, de 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km;
- (ii) Linha de Transmissão Livramento 3 – Cerro Chato, de 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km;
- (iii) Linha de Transmissão Livramento 3 – Santa Maria 3, de 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 247 km;
- (iv) Linha de Transmissão Livramento 3 – Maçambará 3, de 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 205 km;
- (v) Subestação Livramento 3, de 230 kV;
- (vi) Subestação Maçambará 3, de 230 kV;
- (vii) Seccionamento da Linha de Transmissão 230kV Maçambará – Santo Ângelo C1/C2 na SE Maçambará 3.

O contrato de concessão para o empreendimento foi assinado em março de 2019. Os estudos ambientais (Relatório Ambiental Simplificado – RAS) foram protocolados no órgão ambiental (FEPAM/RS) em 10 de julho de 2019, momento em que formalizou o pedido de licença prévia. Os municípios contemplados em seu traçado são: Alegrete, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Maria, Sant'ana do Livramento e São Gabriel. A estimativa de investimento total para sua implantação é de R\$ 564,7 milhões.

Pelo estágio de implementação do empreendimento, não é possível desenvolver uma análise aprofundada da gestão socioambiental do projeto. De toda maneira, a tabela abaixo destaca os principais impactos e medidas de prevenção, controle, mitigação e compensação previstas de acordo com o RAS:

Impacto	Medida de gestão
Ambiental (IFC-PS nº1)	
Erosão do solo	<ul style="list-style-type: none">• Evitar supressão da vegetação e abertura de novos acessos• Recomposição vegetal após a obra
Alteração da paisagem natural	<ul style="list-style-type: none">• Evitar supressão da vegetação de locais com beleza cênica
Impacto sobre habitats da fauna local	<ul style="list-style-type: none">• Evitar supressão da vegetação e quando necessário garantir acompanhamento de profissional habilitado para a ação• Identificar locais de reprodução de aves e acessá-los somente após o abandono do ninho pelos filhotes• Resgate e soltura de espécies com baixa capacidade de locomoção• Coleta e registro de possíveis óbitos, bem como doações para instituições de ensino
Colisões de aves com linha de transmissão	<ul style="list-style-type: none">• Instalação de sinalizadores nos cabos superiores• Avaliação da eficácia dos sinalizadores e melhorias dos mesmos, se necessário
Comunidade (IFC-PS nº4)	
Restrição ao uso e ocupação do solo na faixa de servidão	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver programa de comunicação social para esclarecer as atividades permitidas na faixa de servidão

Apesar desses impactos, comuns em obras dessa natureza e porte, o projeto Sant'ana possui um benefício ambiental potencial, relacionado à melhoria no escoamento e ao aumento na integração da energia eólica produzida no Rio Grande do Sul, estado de grande potencial eólico.

Cabe ressaltar que a Taesa possui gestão socioambiental organizacional confortável, realizando programas ambientais institucionais, inclusive para a gestão de resíduos, para uso e manutenção da faixa de servidão, de recuperação de áreas degradadas, de poda da vegetação, de monitoramento da fauna, de acompanhamento de ações em terras indígenas, de preservação do patrimônio arqueológico, de monitoramento dos efeitos eletromagnéticos e do ruído, de treinamento ambiental para trabalhadores, de compensação ambiental, de acompanhamento de indenizações e relocações, de saúde e segurança no trabalho, de educação ambiental e de comunicação social. Estes programas têm alcance de todos os empreendimentos da companhia, incluindo o projeto de transmissão em questão.

V. Performance ASG da Taesa

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa é uma holding que atua no setor de transmissão de energia elétrica. A companhia atua na construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão. A empresa conta atualmente com 9.869 km de linhas de transmissão em operação e mais 2.857 km em construção. Totaliza uma capacidade instalada de 6.750 MVA (Mega Volt-Ampère), suportada por 41 subestações. A Taesa possui participação em 36 concessões de transmissão (das quais em 15 possui 100% de controle sobre os ativos) espalhadas por 18 estados brasileiros, e todas inseridas no Sistema Interligado Nacional (SIN).

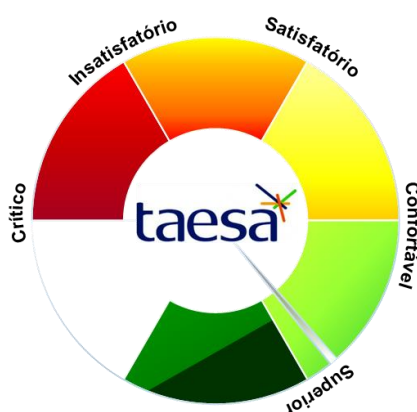
Fundada em 2006 com o nome de Terna Participações S.A., era a subsidiária brasileira da empresa italiana Terna S.p.A. Em 2009, a Terna Participações foi vendida para o Fundo de Investimento em Participações Coliseu (FIP Coliseu), e para a Cemig Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT), que alteraram a denominação social da companhia para Taesa, que permanece até hoje. Atualmente, o seu controle acionário é formado pela CEMIG, que possui 21,7% de participação, pela ISA Brasil, com 14,9% de participação, e os 63,4% restantes são *free float* (estão no mercado disponíveis para negociação).

A análise da Taesa tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais associados aos projetos que desenvolve. Dessa maneira é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos sejam elegíveis para uma emissão caracterizada como Título Verde.

Nesse contexto, fizemos uma avaliação de políticas e práticas da empresa. Adicionalmente, pesquisamos controvérsias de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a companhia, as SPEs, e outras empresas envolvidas em seus projetos.

SITAWI Research

Análise de performance ASG da empresa



Empresa: Taesa
País: Brasil
Setor (GICS): Serviços de Utilidade Pública

Pontos fortes

- ✓ Transparência com processo de licenciamento
- ✓ Gerenciamento de resíduos
- ✓ Avaliação de impactos ambientais
- ✓ Programas ambientais institucionais
- ✓ Ausência de controvérsias ambientais significativas

Oportunidades de melhoria

- ! Monitoramento de indicadores socioambientais de fornecedores
- ! Práticas de inclusão de minorias e incentivo à diversidade, inclusive no Conselho de Administração
- ! Auditoria do Relatório Anual e de Sustentabilidade

Desempenho ASG

De modo geral, a Taesa obteve um desempenho ASG confortável. A análise completa se encontra na tabela abaixo (Análise de práticas e políticas ASG da Taesa). Como destaque positivo está a transparência em relação a seus processos de licenciamento ambiental, com divulgação de notas sobre o andamento em seu website, além da existência de diversos programas ambientais a nível institucional, transcendendo os projetos individuais. A empresa também possui uma boa gestão de resíduos, com divulgação anual de indicadores monitorados. Desde a sexta emissão de dívida da empresa, também rotulada como verde, a Taesa melhorou o seu desempenho incorporando uma meta de sustentabilidade na remuneração variável de seus diretores.

Além de práticas de gestão ASG confortáveis, a Taesa possui Código de Conduta Ética e *Compliance* e Política Anticorrupção e Suborno, que abordam temas como transparência, brindes e cortesias, bem como combate à corrupção. A empresa também divulga, em seu website, outras políticas em relação a sua governança (de Pessoas Politicamente Expostas, de Prevenção a Fraudes, de Recepção e Tratamento de Denúncias, de Divulgação, de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, e outras), solidificando sua transparência e compromisso com a qualidade de administração. Para além dessas políticas de governança, suas políticas socioambientais não são divulgadas publicamente, o que, de acordo com a empresa, será feito em 2020.

Por outro lado, foram identificados pontos de melhoria. A Taesa não realiza o monitoramento de elementos socioambientais na operação de seus fornecedores, aumentando o risco ambiental em sua cadeia de suprimentos. A companhia também não possui política formalizada de incentivo à diversidade. A empresa pode melhorar seu desempenho socioambiental por meio da criação de programas de inclusão de minorias; realização de auditoria em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental e avanço da formalização de compromissos socioambientais através de políticas e diretrizes formais. De acordo com a empresa, esses pontos de melhoria já foram incorporados no Plano de Sustentabilidade para 2020.

Análise de práticas e políticas ASG da Taesa

Ambiental

 Confortável

- **Uso de Recursos:** O consumo de água e combustíveis nas operações de transmissão da Taesa é reduzido. A empresa não tem políticas formais sobre a economia no uso de recursos, porém realiza práticas nesse sentido. Em relação a qualidade de sua transmissão, possui Política de Qualidade, através da qual se compromete com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade. A companhia informou que faz a gestão dos compromissos firmados em seus Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) nesse sentido, buscando a máxima disponibilidade e realizando as melhorias necessárias para manutenção da confiabilidade de seus ativos. A taxa média consolidada de disponibilidade da linha foi de 99,94% em 2018. Todas as subestações da empresa são operadas por telecomando, e o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa (Parcela Variável) foi de 1,2%, indicando que há monitoramento de frequência de duração na interrupção na transmissão de energia.
- **Ecossistemas:** A construção de linhas de transmissão de energia demanda supressão de vegetação e apresenta impacto potencial sobre a biodiversidade. A Taesa não possui histórico de controvérsias nesse sentido. A empresa não possui política ou compromisso formalizado em relação a proteção da biodiversidade, mas possui Programas de Monitoramento desse tema em seus projetos, que têm como objetivo o acompanhamento da fauna morta na faixa de servidão, além da identificação e proteção de ninhos de aves, formigueiros e colmeias – iniciativa que vai além do previsto na legislação. Além disso, em processos de construção de instalações de linhas de transmissão, os impactos possíveis sobre a fauna e flora são sempre identificados no processo de licenciamento. Quando possível são mitigados, e os demais são compensados financeiramente ou com a recomposição florestal adequada, de acordo com exigências do órgão ambiental. Em relação ao licenciamento, a empresa divulga publicamente o andamento do processo de licenciamento ambiental de seus projetos. Os processos de licenciamento da empresa estão em dia, e não há

controvérsias nesse sentido. Além disso, o 'Procedimento de Gestão de Requisitos Legais e Outros de SMS' estabelece diretrizes e responsabilidades na gestão de obrigações ambientais que a empresa pode ter, escopo que inclui o licenciamento.

- **Gestão de Resíduos:** Além de não gerar muitos resíduos, a Taesa não possui controvérsias em relação a sua gestão nesse sentido. As operações da empresa não geram efluentes de alto potencial contaminante. Em suas subestações, há o uso de óleo mineral, que é manejado adequadamente (bacias de contenção e caixas separadoras de água e óleo - CSAO). Não há, no entanto, uma política ou compromisso formalizado sobre a gestão de efluentes. Os resíduos sólidos gerados pela empresa são, em sua maioria, inertes, e a mesma possui o Programa de Gestão de Resíduos (PGR) que define diretrizes para o gerenciamento de resíduos sólidos gerados em suas operações. Os objetivos do programa são a minimização dos riscos sociais e ambientais e o cumprimento da legislação vigente. Além disso, a empresa reporta anualmente a quantidade de resíduos gerados em suas dependências. Em relação a acidentes ambientais, o Manual do Sistema de Gestão de Segurança e Meio Ambiente estabelece a análise e acompanhamento de riscos ambientais, a partir de sua identificação e elaboração de plano de ação para a redução de sua chance de ocorrência. Por outro lado, esse manual não distingue acidentes ambientais dos demais tipos de acidentes. Além disso, são estabelecidas regras para funcionários a fim de reduzir o risco de acidentes em geral. O Manual também indica aos funcionários que eventos que acarretem em acidentes ambientais, de saúde e de segurança devem ser reportados. A empresa não possui histórico de ocorrência nesse sentido. Em relação a emissões gasosas, a empresa não levanta suas emissões geradas e não possui política nesse sentido. Essa ação já está prevista para ser implementada no plano 2020.
- **Mudanças Climáticas:** O Procedimento de Processos intitulado "Identificação de Aspectos e Avaliação de Impactos Ambientais" indica que emissões de gases do efeito estufa (GEE) devem ser levantadas, classificadas e controladas, mas a empresa ainda não elabora inventário de GEE e não emitiu posicionamento público sobre mudanças climáticas. Essas ações já estão previstas no plano de sustentabilidade 2020.

Social



- **Comunidades:** A Taesa não está envolvida em controvérsias envolvendo comunidades. A geração de ruídos pode ser relevante durante a fase de implantação dos empreendimentos, de modo que a empresa possui o Programa de Monitoramento de Ruídos. A empresa cumpre a norma NBR 5422 e a Resolução da ANEEL 616, mantendo faixa de servidão segura, monitoramento periódico e gestão de campos elétricos e magnéticos. A atividade de transmissão também tem potencial relevante de impacto na paisagem e a empresa não possui política em relação ao tema. Por outro lado, a empresa considera esse critério na escolha de seus traçados e cumpre determinações de órgãos ambientais nesse sentido. Ademais, suas atividades podem demandar o reassentamento de populações locais. A Taesa não possui controvérsias nesse sentido, e seus mecanismos de compensação são resolvidos caso a caso. O Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social envolve as comunidades vizinhas aos empreendimentos da empresa, e realiza ações sobre temas relacionados a operação da empresa e meio ambiente. A empresa prioriza a contratação de mão de obra local em suas operações, ainda que necessite de mão de obra especializada que não existe nesses locais. A empresa possui o Programa de Acompanhamento de Ações em Terras Indígenas, que gerencia ações de recuperação, manutenção e outras que ocorram em terras indígenas. Além disso, a empresa destaca em seu Formulário de Referência que se seus empreendimentos gerarem impactos diretos ou indiretos em comunidades tradicionais, são feitas compensações financeiras para as comunidades por meio de termos de compromisso estabelecidos com a FUNAI. O status dessas compensações é divulgado no Formulário de Referência e no Relatório de Responsabilidade Socioambiental.
- **Clientes:** A Taesa está pontualmente envolvida em controvérsias com usuários finais de eletricidade, relacionadas a problemas nas linhas de transmissão que ocasionaram interrupção do fornecimento de energia. Em sua Política de Qualidade, se compromete com o completo atendimento dos requisitos do cliente. Em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental (2018), lista seus clientes e indica que seus canais de comunicação incluem contatos técnicos, reuniões, encontros em eventos setoriais, participação em associações de classe e outros. A empresa afirma que seu relacionamento com os mesmos é pautado em seu Código de Ética. Ademais, a empresa possui um número de telefone destinado para a comunicação com comunidades adjacentes a seus empreendimentos.
- **Recursos Humanos:** A Taesa não possui histórico de controvérsias relacionadas a recursos humanos. A empresa possui Diretrizes de Saúde e Segurança no Trabalho, que estabelece procedimentos para preservar a integridade física dos colaboradores. Os funcionários da empresa possuem controle de horas, com o sistema calculando a remuneração adequada a partir do banco de horas gerado. A companhia realiza treinamentos voltados para saúde e segurança dos trabalhadores, e o acompanhamento da saúde dos colaboradores a partir de consultas médicas é um

dos critérios para obtenção de bônus. A Política de Remuneração da empresa estabelece que todos os funcionários CLT são elegíveis para aproveitamento de benefícios estabelecidos em acordos coletivos, revisado e assinado uma vez ao ano. Adicionalmente, esse acordo estabelece apoio às atividades do sindicato, colocando à disposição, 4 vezes ao ano, local e meio para realização de atividades do mesmo dentro do recinto da Taesa. Além disso, a empresa possui a Política de Gestão de Pessoas, que estabelece diretrizes para melhoria das condições de trabalho. A operação de linhas de transmissão representa nível razoável de geração de empregos diretos e indiretos. A fase de construção eleva o índice de empregabilidade, porém não chega a nível elevado. De acordo com seu Formulário de Referência, o número de funcionários da empresa cresceu 13% nos últimos três anos. Em relação a planos de carreira, a empresa possui feedback estruturado e avaliação de desempenho anual, além de plano de carreira por cargo. A empresa oferece apoio financeiro para melhoria do nível de qualificação, incluindo cursos, treinamentos, congressos e mestrados. A Taesa afirma garantir respeito a diversidade de seus funcionários e em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental 2018, são divulgados dados sobre o percentual de grupos minoritários na força de trabalho. Além do exigido pela legislação, não há processos formalizados em relação a garantia de diversidade na contratação e no ambiente de trabalho. A empresa já possui planos para melhoria de sua atuação nesse tem.

- **Cadeia de Suprimentos:** A Taesa não possui histórico de controvérsias relacionadas a cadeia de suprimentos. A companhia não possui funcionários terceirizados, porém suas SPEs possuem funcionários subcontratados que são abarcados em todos os programas para trabalhadores. A empresa dispõe da Política de Gestão de Fornecedores que estabelece diretrizes para seleção e monitoramento de fornecedores, porém não estabelece critérios de sustentabilidade. A Taesa prevê incorporar esses critérios em 2020. Além disso, a empresa conta com o apoio de uma consultoria externa para certificação e monitoramento de seus fornecedores.
-

Governança

●●●● Confortável

- **Transparência:** A Taesa divulga em seu website suas Demonstrações Financeiras Padrão (DFP), além de informações sobre sua diretoria, sobre seu conselho de administração e sobre seus Comitês de Gestão e Recursos Humanos, Finanças, Auditoria e Novos Negócios. As principais políticas de governança também são divulgadas, no entanto as demais políticas socioambientais ainda não estão públicas. O Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental, que também está no website, não é auditado externamente. Esse contém informações sobre suas práticas socioambientais (sistemas de gestão ambiental, engajamento com comunidades, monitoramento e fornecedores, entre outros).
 - **Governança Corporativa:** A Taesa não possui envolvimento direta ou indiretamente em casos de controvérsias relacionado à governança corporativa. Seu Código de Ética está disponível em seu website e para seus funcionários. O presidente do Conselho e o diretor-executivo não são a mesma pessoa. A remuneração média da diretoria é divulgada, assim como a remuneração consolidada do Conselho Administrativo. No Conselho, 30% dos integrantes são independentes, no entanto não há representação feminina no mesmo. Mulheres representam 16% do total de funcionários e 12% dos cargos gerenciais. Temas socioambientais, como a aprovação do Relatório de Responsabilidade Socioambiental são trazidos para o conselho fiscal e de administração. A remuneração variável dos cargos gerenciais inclui critérios de sustentabilidade.
 - **Integridade:** A Taesa não está envolvida em nenhum caso controverso de corrupção, e possui Política Anticorrupção e Suborno, que estabelece diretrizes e conceitos para situações que se configuram como corrupção. Essa política também estabelece que funcionários que se enquadrem nessas situações podem estar sujeitos a medidas disciplinares, rescisão contratual e responsabilização no Código Penal brasileiro. A Política também determina que os funcionários têm a obrigação de comunicar suspeitas de corrupção e suborno por meio de seu canal de denúncias. A empresa afirma não estar envolvida no financiamento de atividades políticas.
-

Em relação ao estudo de controvérsias, concluímos que a Taesa está envolvida em casos de impactos socioambientais isolados. Seu nível de responsividade é considerado adequado para resolução e mitigação dessas questões. Esse fato é importante, pois indica que as práticas de gestão ASG da empresa têm sido efetivas.

Social	Nível de Severidade	Responsividade
<p>Cientes: Taesa é multada em R\$ 119 mil por apagão que atingiu 11 estados em 2012. (2015)</p>	<p>Pouco significativo: O apagão durou até 5 horas em alguns locais e ocorreu por conta de curto-circuito e falha no sistema de proteção de subestação da empresa no Tocantins. A empresa entrou com recurso, que foi rejeitado pela Aneel</p>	<p>Não comunicativa: A empresa não emitiu declarações sobre o assunto.</p>
<p>Cientes: Apagão atinge oeste da Bahia (2015)</p>	<p>Significativo: Falha no comando de comutadores de tapes de autotransformadores em subestação da Taesa gerou um apagão. O sistema de proteção da unidade funcionou, e a empresa conseguiu solucionar a falha em um minuto. Porém, o apagão atingiu 50 cidades e durou mais de 2 horas por conta dos procedimentos para recomposição segura do sistema elétrico afetado realizados pelo ONS.</p>	<p>Remediativa: A empresa agiu para a reparação do problema imediatamente e emitiu nota explicando o ocorrido.</p>

Por meio dessa análise, concluímos que a Taesa possui práticas ASG confortáveis e *know how* técnico de suas atividades. A empresa está envolvida em casos isolados de controvérsias e seu nível de responsividade é considerado adequado para resolução e mitigação dessas questões. Sendo assim, concluímos que a empresa tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de seus projetos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Título Verde à debênture.

Método

A avaliação da SITAWI é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impacto socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:

- Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
- Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados. A tabela “Análise socioambiental dos projetos” dessa seção de análise buscou categorizar os projetos de acordo com os IFC-PS, veja abaixo a descrição dessas categorias:

Categorização Socioambiental de projetos

Categorização Socioambiental	
A	Projetos com potencial de risco e/ou impactos socioambientais adversos significativos e que sejam múltiplos, irreversíveis ou sem precedentes.
B	Projetos com potencial de riscos e/ou impactos socioambientais adversos limitados, em número reduzido, geralmente locais, amplamente reversíveis e prontamente controláveis por meio de medidas mitigatórias.
C	Projetos sem riscos e/ou impactos socioambientais adversos ou com riscos e/ou impactos socioambientais mínimos.

- Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
- Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.

2) Performance Socioambiental do projeto – avaliamos o projeto com base no atendimento à legislação socioambiental brasileira e as melhores práticas contidas nos *IFC Performance Standards*¹² (IFC-PS) e outros padrões de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ambientais do projeto;
- Contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável;
- Controvérsias¹³ que o projeto está envolvido.

¹² http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/c8f524004a73daeca09afdf998895a12/IFC_Performance_Standards.pdf?MOD=AJPERES_e
http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Corporate+Governance/CG+Development+Framework/

¹³ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2016” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2016-2/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Essa análise é composta de 4 dimensões e 12 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para o projeto:

Critérios para avaliação do projeto

Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas protegidas (IFC-PS nº6) • Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6) • Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3) • Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4) • Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7) • Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5) • Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8)
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de trabalho dos empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2) • Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1) • Transparência (IFC-PS nº1)

3) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa através de metodologia proprietária que considera melhores práticas de sustentabilidade, referenciadas por *standards* reconhecidos internacionalmente. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
- Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
- Controvérsias¹⁴ que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Práticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos • Ecossistemas • Gestão de Resíduos • Mudanças climáticas
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades • Clientes • Cadeia de suprimento • Recursos humanos
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência

¹⁴ O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2016" (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2016-2/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Legendas

Nível da Asseguração

Níveis de asseguração

Níveis de asseguração

Razoável	Capaz de confirmar de forma convincente os princípios e objetivos da asseguração.
Moderado	Capaz de confirmar de forma parcial os princípios e objetivos da asseguração.
Limitado	Incapacidade de confirmar os princípios e objetivos da asseguração.

Nível de performance da empresa

●●●●○ Superior

A empresa possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○○ Confortável

A empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: *IFC Performance Standards* e outros), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○○ Satisfatório

A empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○○ Insuficiente

A empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○○ Crítico

A empresa não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade

Pouco significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Muito significativo	Descumpra a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação alto.

Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.
----------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Responsividade

Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Formulário Green Bond Principles

Green Project Bond

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Review provider's name: SITAWI Finance for Good

Completion date of this form: 22/August/2019

Publication date of review publication: 26/August/2019

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, Taesa's seventh issuance is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to market as a Green Bond. All net proceeds from the Project Bond will be destined to future payments to three electricity transmission infrastructure projects in Brazil, allowing the increased generation of renewable energy, especially wind power, to be transmitted through Brazil's Interconnected System (SIN).

Aimorés and Paraguaçu projects have a satisfactory environment and social performance. The issuer will report annually the proceeds allocation and related environmental benefits. Taesa has a comfortable ESG performance, reassuring its capacity to maintain the green credentials of the issuance.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The Project Bond's term sheet indicates that the proceeds of the seventh issuance will be allocated to future payments related to electricity transmission infrastructure implementation projects. These projects contribute to transmission of renewable energy, especially wind power, but also solar, biomass and small-scale hydropower.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input checked="" type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>):
Transmission of renewable energy |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs: According to CBI taxonomy, the projects are included in the Transmission & Distribution infrastructure category.

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): The Project Bond's term sheet specifies the objective of the projects: construction and implementation of 3 electricity transmission infrastructure' projects (each one represented by a SPV): Paraguaçu (Interligação Elétrica Paraguaçu S.A), Aimorés ("Interligação Elétrica Aimorés S A") and Sant'Ana ("Sant'Ana Transmissora de Energia S.A."), controlled by Taesa. The 3 projects are currently under development.

These projects will increase the number of Green Users (each user is a power plant that generates wind, solar, small hydro or biomass electricity) and associated Green Revenues. Comparing December 2017 and 2018, the company's number of Green Users and Green Revenues increased 15.6% and 4.9%, respectively.

Evaluation and selection

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): All net proceeds from the Project Bond will be destined to future payments related to 3 electricity transmission infrastructure projects (each one represented by a SPV). The proceeds will be managed by Taesa's treasury department until their complete allocation. Proceeds may have temporary allocation on other activities of the company's business, whether operational (only transmission lines), financing or investments. Taesa has its own procedures for temporary investments, allowing only fixed income products (pre or post-fixed). We found evidence that some of Taesa's current investments (June/2019) included third-party mutual funds with minor allocations (less than 1%) to oil and gas' fixed income securities, amount considered immaterial. The initial issuance amount is R\$ 450 MM, which represents about 28.3% of the estimated total costs of the Nominated Projects (R\$1,493.1 MM). The remaining funding will be financed by other debt issuances, some of them classified as green, development bank loans, own capital and revenues. Taesa estimates that the proceeds will be fully allocated in up to two years after issuance.

Tracking of proceeds:

- | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner |
| <input checked="" type="checkbox"/> Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Additional disclosure:

- | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to future investments only | <input type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements | <input type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements |
| <input checked="" type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): Taesa will report annually to the Fiduciary Agent and also publicly on its website, the financial statements. The issuer will disclose annually, on its Sustainability Report or similar document, the environmental benefits, the environmental license status and the main possible socio-environmental impacts of the projects, for instance the impact on protected areas and involuntary resettlement, if any.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other *(please specify)*:

Information reported:

- Allocated amounts
- Other *(please specify)*:
- GB financed share of total investment

Frequency:

- Annual
- Other *(please specify)*:
- Semi-annual

Impact reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other *(please specify)*:

Frequency:

- Annual
- Other *(please specify)*:
- Semi-annual

Information reported (expected or ex-post):

- GHG Emissions / Savings
- Energy Savings
- Other ESG indicators *(please specify)*: Number of Green Users (power plants that generate wind, solar, small hydro or biomass electricity) and income related to them.

Means of Disclosure

- Information published in financial report
- Information published in sustainability report
- Information published in ad hoc documents
- Other *(please specify)*:
- Reporting reviewed *(if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review)*: SITAWI will review the environmental benefits and ESG performance of projects one year after issuance.

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS *(e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.)*

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- | | |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2 nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification / Audit | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) **Consultant Review:** An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) **Verification:** An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) **Certification:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) **Rating:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / programs.